

OS TRABALHADORES NÃO PODEM CONTINUAR A PAGAR A CRISE

O actual governo do PS continua a fazer pagar aos trabalhadores – sejam do sector público ou do privado – os custos da crise do capitalismo, resultante da política de direita seguida nas últimas 3 décadas e aprofundada nos últimos anos.

Mas os trabalhadores da Administração Pública, tal como os do sector privado, não aceitam pagar esta crise, cujos beneficiários continuam a acumular lucros e a aproveitar-se dela para agravar ainda mais o fosso entre o capital e o trabalho na distribuição do rendimento nacional.

Com efeito, a percentagem dos salários no PIB passou de 59% em 1975, para 35% em 2005 e para 34,1% em 2009. Relembramos que em 1973, em pleno regime fascista, aquela percentagem foi de 47,4%.

O estafado e desacreditado argumento dos sacrifícios para todos traduz-se, no concreto, na aplicação de sacrifícios aos trabalhadores, para que o capital se acumule cada vez mais nas mãos de uns poucos. Vejamos alguns exemplos:

- . 20.000 milhões de euros foram postos à disposição da Banca e os lucros dos 5 maiores bancos, só nos primeiros 9 meses de 2009, atingiram cerca de 1.450 milhões;
- . Cerca de 4.500 milhões de euros já foram utilizados para salvar o BPN;
- . A banca paga de IRC cerca de metade do que paga a generalidade das empresas;
- . A fuga ao IVA, só em 2009, atingiu 3.000 milhões de euros;
- . A EDP apresentou lucros de 1.204 milhões de euros, mas o custo da energia eléctrica aumentou;
- . A PT também teve lucros de 683 milhões de euros, mesmo com os esbanjamentos que vieram a público e ainda por esclarecer;
- . Há administradores públicos com ordenados superiores aos dos EUA.

Em simultâneo com as “mãos largas para o grande capital”, o Orçamento de Estado para 2010 e o Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 impõem medidas que vão afectar gravemente o nível de vida e os direitos dos trabalhadores, das quais destacamos:

- Congelamento de salários e pensões;

- Crescimento médio de cerca de 1,1% ao ano, o que originará que Portugal se afaste ainda mais da média comunitária, que o desemprego continue a aumentar e o País continue mergulhado na crise;
- Actualizações salariais e nas pensões inferiores à taxa de inflação, com uma redução no poder de compra dos trabalhadores e dos aposentados superior a 7%, a acrescentar àquela já sofreram até 2010;
- Redução de 1,5 pontos percentuais do PIB nas despesas com pessoal – mais de 2.500 milhões de euros, a preços actuais, nos orçamentos das Administrações Públicas, o que, além de agravar a situação dos trabalhadores, degradará os serviços públicos (saúde, educação, etc.), com consequências brutais para a população;
- Redução da dedução específica no IRS dos aposentados e reformados com pensões superiores a 1607 euros, dos 6.000 euros actuais para 4.104, o que aumenta o imposto a pagar;
- Redução dos benefícios fiscais, a nível de despesas de saúde e de educação, também com o aumento dos impostos para todos os trabalhadores com um rendimento tributável superior a 7300 euros por ano.

Por outro lado, a taxação das mais-valias fica adiada e dá-se um gigantesco perdão àqueles que transferiram centenas de milhões de euros para paraísos fiscais (para fugirem a impostos), desde que paguem uma taxa de apenas 5%. O crime compensa, e os paraísos fiscais continuam a permitir a continuidade deste sistema.

Não restam dúvidas: o corte de benefícios fiscais vai atingir sobretudo os trabalhadores com salários na ordem dos 550 euros, enquanto os bancos vão continuar a pagar uma taxa efectiva de IRC de cerca de metade da que é paga pelas restantes empresas.

Ao contrário do que o governo afirma, verifica-se, de facto, um aumento de impostos sobre os trabalhadores, ainda que de forma encapotada.

Por outro lado, a pretendida privatização das restantes empresas públicas permitirá que empresas estratégicas para o desenvolvimento do País e para a defesa das condições de vida da população (ANA, REN, CTT, seguradoras da CGD, etc.) caiam nas mãos de grandes grupos financeiros, que vão impor preços exorbitantes, como sucedeu com a Galp e a EDP. Além de se perspectivar a venda dessas empresas ao desbarato, por efeito da actual crise bolsista.

Com estas medidas – que o PSD e CDS apoiam, tentando não se comprometer directamente com elas – o governo do PS perdeu toda a credibilidade junto dos trabalhadores.

Repare-se que, para salvar os interesses do capital, o governo não se inibiu de agravar o défice, com a aprovação, aliás, das instituições europeias. Mas, para

combater o desemprego e minorar situações de pobreza, mesmo de quem trabalha, não só não se pode agravar o défice, como ainda tem de se diminuir para 3% até 2013, com brutais consequências sociais.

A Frente Comum não aceita este “modelo” e entende que:

- . A diminuição do défice pode e deve ser prorrogada no tempo, para além de 2013, não pondo em causa o crescimento económico e a vertente social;
- . Devem ser reduzidos os desperdícios existentes na Administração Pública: aquisição de serviços que podem ser efectuados internamente (estudos, auditorias, pareceres jurídicos, etc.); frota automóvel; despesas de representação; externalização de serviços;
- . O desenvolvimento económico do país é incompatível com o congelamento ou a redução dos salários e das pensões;
- . Tem sido a luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos de classe por melhores condições de vida e de trabalho que tem impedido uma ainda maior degradação da situação social que hoje se vive.

Por isso, lutar contra os objectivos do governo e pela intervenção dos trabalhadores na vida dos serviços, respeitando os seus direitos, mas também as suas críticas e opiniões, é lutar pelo desenvolvimento económico do país.

Por isso, os trabalhadores da Administração Pública – mesmo sabendo que os resultados da sua luta não são imediatos, mas que vale a pena lutar, como se provou recentemente no caso dos professores – vão continuar a defender:

- . Salários e pensões justos, contra o seu congelamento e diminuição real;
- . Uma aposentação digna, contra a retirada de direitos e a degradação das condições gerais de aposentação;
- . Estabilidade, contra a destruição do vínculo de nomeação e a introdução da possibilidade de despedimento;
- . Um sistema de avaliação justo e exequível, contra o injusto e irracional sistema de quotas do SIADAP;
- . Contagem de todo o tempo de serviço:
- . Contra a destruição das carreiras profissionais, a polivalência e a colocação em mobilidade especial;
- . Uma administração pública de qualidade e eficaz, ao serviço das populações.

As reivindicações na AP e a demagogia do Governo

Para disfarçar o efectivo favorecimento do capital e do patronato, o governo tem apresentado alguns argumentos de forma demagógica. Por exemplo:

- Disse que a reivindicação para o subsídio de almoço é muito elevada, mas não esclareceu que o montante pedido é de € 6,50;
- Sobre a aposentação, o governo afirmou seraficamente que apenas acelerou a aplicação de medidas previstas para 2015, mas não esclareceu que elas são penalizações, e a antecipação viola o princípio da segurança jurídica, que enforma o Estado de direito democrático; e omite que as pensões resultam dos descontos efectuados sobre os salários dos trabalhadores;
- Falou muito sobre abertura para o estabelecimento de parcerias em acções de formação, mas, além de cortar as candidaturas apresentadas pelos Sindicatos, esqueceu que não é com acções de formação que os trabalhadores podem comprar os bens de que necessitam.

Mais uma vez, a direita e o seu governo retomam e agravam a diabolização dos trabalhadores da Administração Pública, para “justificar” retrocessos sociais que atingirão todos os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas.

A Frente Comum não ilude os trabalhadores sobre os interesses antagónicos entre o governo e os trabalhadores da Administração Pública; de facto, o governo está cada vez mais claramente ao lado do capital e do patronato.

A luta imprescindível dos trabalhadores

Perante esta realidade, os trabalhadores da Administração Pública têm dado respostas contundente à direita e ao seu actual Governo, contrariando o objectivo de uma profunda e inconstitucional regressão social e civilizacional.

A manifestação do passado dia 5 de Fevereiro e a greve geral de 4 de Março foram pontos altos dessa luta.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e os trabalhadores não desistirão de continuar a lutar por melhores condições de vida e de trabalho, pelos seus direitos, pela defesa de uma Administração Pública de qualidade e pelo desenvolvimento do país.

Durante o mês de Abril, vão efectuar concentrações em todas as capitais de distrito do continente, e, nos finais de Maio ou princípios de Junho, realizarão uma grande manifestação nacional.

E contribuirão também para que os 120 anos do 1.º de Maio sejam outra grandiosa manifestação de vitalidade e afirmação do movimento sindical de classe.

FCSAP